PALAVRAS DO DIRETOR

Os quatro primeiros artigos do presente número, assim como todos os depoimentos, simbolizam a participação direta dos leitores na elaboração da *Revista de Administração Pública (RAP)*. Alguns esperançosos, outros desiludidos, enfim, todos os autores atenderam à convocação da *RAP*, manifestando suas impressões acerca da nova Carta Brasileira. Este fato vem consolidar a imagem da *RAP* como fórum de debates dos principais assuntos que integram o cenário sócio-político-econômico brasileiro.

O primeiro artigo, Municípios e Regiões Metropolitanas (antes e depois da Carta Magna de 1988), traça uma comparação entre a atual Constituição e as anteriores, no que diz respeito aos municípios e às regiões metropolitanas (RM), destacando a importância da participação popular durante a elaboração da nova Carta Magna. Procede, ainda que de forma superficial, a uma análise dos municípios, baseada numa pequena resenha histórica. Conclui reconhecendo o fortalecimento dos municípios, mas alertando para o fato de que a consolidação da autonomia municipal ainda depende de luta, para tornar-se efetiva.

Lucival Costa, em Previdência social na Nova Constituição, apresenta o novo escopo da previdência social brasileira com a Constituição Federal de 1988, analisando a situação privilegiada em que ficam certas categorias profissionais amparadas por critérios especiais para a aposentadoria ou mesmo por regimes previdenciários específicos. O autor observa, ainda, que a nova Constituição manteve alguns aspectos de iniqüidade social, destacando a existência de dois tipos básicos de aposentadoria – por tempo de serviço e por velhice.

Os bancos múltiplos na Constituição estuda o tratamento jurídico com que foi contemplado o setor financeiro na nova Constituição, constatando o esquecimento deste setor e a conseqüente necessidade da elaboração de leis complementares. Seu autor menciona a implementação da Reforma Bancária, antecipando suas conseqüências em relação à economia e aos próprios bancos.

Poder local e participação Espanha/Brasil-perspectivas constitucionais, avanços e limites, de autoria de Tania Fischer e Ângela Teixeira, aborda a questão do poder local e sua relação com descentralização e participação do cidadão na gestão da cidade. Compara e contrasta prescrições constitucionais e práticas participativas na Espanha e no Brasil.

José Eduardo C. Messeder, em Recursos humanos e transformação social: onde se encontram os desafios?, explica o relativo atraso da administração de recursos humanos em nosso país, ressaltando, ainda, os maiores desafios que esta atividade terá de enfrentar no Brasil do futuro. O autor alerta os leitores sobre a necessidade de reforçar competências em áreas vitais, evitando, assim, estrangulamentos e conflitos, em benefício dos interesses organizacionais.

Pedro Anibal Drago considera a Pesquisa-ação, título de seu artigo, como – entre as várias opções – a mais adequada às peculiaridades do mundo organizacional público brasileiro e ao próprio processo social, político e econômico em curso no país. Apresenta seus pressupostos básicos, levando à compreensão do que é a pes-

quisa-ação como instrumento de trabalho com organizações e diferenciando-a de outras práticas de mudança organizacional.

Paulo Roberto Motta, em Gerência de idéias novas – como despertar a criatividade e vencer a impotência do desejo inovacional, advoga a adoção, por parte dos dirigentes modernos, da postura de agir no sentido e favorecer poder e iniciativa individuais. Analisa, ainda, a natureza da mudança em grandes organizações, e apresenta 12 regras gerenciais que facilitam a criação de condições organizacionais favoráveis à mudança.

Impulsionada por algumas questões intrigantes, citadas no artigo, Leila Leite Hernandez resolveu elaborar A questão do Centro Popular de Cultura (CPC): o CPC posto em questão. Adotando uma dimensão histórica, a autora analisa o surgimento e a atuação do Centro Popular de Cultura (CPC) no sentido de mobilizar os diversos setores da sociedade num verdadeiro clima pré-revolucionário Salienta a noção de "cultura popular revolucionária" como semente de renovação cultural, que coloca, no centro das discussões, a problemática do nacional popular e da relação entre cultura e política. Aborda, finalmente, o importante papel do teatro e do cinema nacionais no cenário político, servindo como foco de resistência nos anos de ditadura pós-64.

Na seção *Depoimentos*, os dois primeiros trabalhos preocupam-se com a administração municipal diante da nova realidade constitucional brasileira. Adelaide Maria Coelho Baêta procura traçar um paralelo entre a administração municipal e a descentralização política, acreditando que o fortalecimento da administração pública municipal, através da publicidade dos debates, da visibilidade e da controlabilidade do poder pelos cidadãos pode concorrer para que a descentralização seja instrumento de revalorização da relevância política da periferia com respeito ao centro, processo cheio de controvérsias, que implicará muitos desacertos e recomeços, preço alto a ser pago na construção da prática democrática. Já Ivan Beck Chagnazaroff avalia, à luz da teoria, algumas mudanças propostas pela atual Constituição em relação à administração municipal, preocupado com os requisitos necessários para que essas mudanças se materializem, propiciando, assim, o fortalecimento da democracia.

Antonio Iran Gadelha e José da Silva Seráfico de Assis Carvalho relatam o posicionamento da atual Carta Magna diante de uma antiga e triste prática da vida política brasileira: o personalismo.

Política urbana e participação popular relaciona os dispositivos constitucionais referentes à política urbana e à participação popular. Elabora, também, uma agenda para discussão de assuntos de interesse dos planejadores urbanos, administradores e políticos comprometidos com a questão das cidades.

Em O real e o sonho, Wanderlei Fernandes dos Santos considera a Constituição de 1988 como um instrumento que pode propiciar a caminhada célere para a concretização de uma sociedade mais justa, mais democrática e mais humana.

Na seção Resenha bibliográfica, José Eduardo Coelho Messeder comenta o livro Gerência e democracia nas organizações, de autoria de Rui Alencar de Mattos.